

<https://doi.org/10.26512/pl.v11i23.44588>

Artigo recebido em: 11/08/2022

Artigo aprovado em: 15/11/2022

Artigo publicado em: 19/12/2022

A ESCRITA FEMININA NO BRASIL DOS SÉCULOS XIX E XX

uma nova proposta para o ensino de filosofia

FEMALE WRITING IN BRAZIL IN THE 19TH AND 20TH CENTURIES

a new proposal for teaching philosophy

Nalberty Santos¹

(nalbertymedeiros@gmail.com)

279

Resumo: Neste artigo, apresentar-se-á uma proposta para o Ensino de Filosofia, tendo como alicerce as vozes e escritas das brasileiras dos séculos XIX-XX. Nesse sentido, analisar-se-á algumas das contribuições de sete escritoras tupiniquins, a saber: Nísia Floresta, Francisca Senhorinha, Josefina Álvares de Azevedo, Mariana Coelho, Bertha Lutz, Maria Lacerda e Antonieta de Barros. Dessas contribuições, focar-se-á especialmente nos conceitos de filosofia dos costumes, emancipação racional, voto feminino, igualdade de coparticipação no culto, filosofia do direito, fascismo e vida sintetizada. Na medida em que tais conceitos forem desenvolvidos, vislumbrar-se-á que propiciam uma compreensão mais ampla da filosofia enquanto inclusiva e transversal, essa que não se cala perante os mais funestos males do gênero humano, como o machismo, a colonização, a escravidão e o fascismo. Enfim, com essa proposta, espera-se que a filosofia e seu ensino se libertem do mundo fechado no qual foram inseridas, tornando-se pluriversais e transculturais.

Palavras-chave: Filosofia. Educação. Professoras brasileiras.

Abstract: In this article, we will present a proposal for the teaching of philosophy, based on the voices and writings of Brazilian women from the XIX-XX centuries. In this sense, we will analyze some of the contributions of seven Brazilian women writers, namely: Nísia Floresta, Francisca Senhorinha, Josefina Álvares de Azevedo, Mariana Coelho, Bertha Lutz, Maria Lacerda and Antonieta de Barros. Of these contributions, we will focus especially on the concepts of philosophy of manners, rational emancipation, women's suffrage, equal co-participation in worship, philosophy of law, fascism, and synthesized life. As these concepts are developed, it will be seen that they provide a broader understanding of philosophy as inclusive and transversal, one that is not silent before the most evil evils of the human race, such as machismo, colonization, slavery, and fascism. Finally, with this proposal, it is expected that philosophy and its teaching will free itself from the closed world in which it was inserted, becoming pluriversal and cross-cultural.

Keywords: Philosophy. Education. Brazilian women teachers.

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4722640671752582>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8501-6989>.



INTRODUÇÃO

Nesse texto, tem-se como propósito repensar o Ensino de Filosofia, esta que é ensinada na academia, nos manuais e na Educação Básica a partir de um cânone que exclui todas as pessoas que não são brancas, homens, europeus ou estadunidenses, ou ainda que não pesquisem ou pensem seguindo esse viés exclusivista.

Para provar essa exclusão, basta citar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD, 2018), no qual a maioria dos livros de filosofia indicados para a Educação Básica, apregoam sobre o (mito do) milagre grego, e intencionalmente não inserem no corpo do texto qualquer filosofia que não ocidental, branca ou masculina. A única exceção é o texto do Vasconcelos (2016), este que é dividido em quatro unidades, sendo a última denominada *Para além do eurocentrismo*, e na qual concentra brevemente nas tradições e escritas filosóficas “orientais”², africanas, afrodescendentes e feministas, apesar de que, na maior parte do livro, enquadre a filosofia e sua discussão dentro do espaço geopolítico grego, europeu e estadunidense, e por consequente, dentro do arcabouço teórico da filosofia ocidental.

280

Para além dos textos do PNLD, os próprios manuais de filosofia (os textos utilizados na academia), defendem a ideia do milagre ou do espírito grego, do pensamento “oriental” como mera sabedoria, primitivo ou estando na menoridade, e do mundo grego ou daqueles que estavam dentro do contexto cultural helênico como “criadores” de uma filosofia enquanto a ciência que pergunta, que fala e que se maravilha com o *logos*, e que por essa razão são nomeados de “primeiros” filósofos.

Para se ter uma ideia de quanto essa visão de filosofia perpassa e influencia todo o Ocidente, especialmente a partir da modernidade³, essa que levará a negação epistêmica de outros modos de filosofar, basta ler os seguintes textos sobre a história da filosofia: Hamlyn (1990), Jaeger (1994), Kenny (1999), Marías (2004), Marcondes (2007), Maritain (1998), Nestle (1981), Reale e Antiseri (2003).

² Apesar de usarmos esse termo, é importante informar que originalmente, se refere as mais variadas formas pelas quais o Ocidente (o orientalismo) estereotipou as civilizações do continente asiático, em outro dizeres: “o Oriente era quase uma invenção europeia, e fora desde a Antiguidade um lugar de romance, de seres exóticos [...] por orientalismo eu entendo diversas coisas [...] o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (SAID, 1990, pp. 13-15).

³ Para uma melhor compreensão de como a modernidade fomentou a ideia de filosofia enquanto criação ocidental, ou melhor dizendo, como a filosofia alemã tentou (e soturnamente conseguiu) excluir o resto do mundo do fazer filosófico, vide o livro *Africa, Asia and the history of philosophy: racism in the formation of the philosophical canon, 1780-1830*, escrito por Peter K. J. Park.



Portanto, tanto os livros de filosofia da Educação Básica como também os manuais acadêmicos de filosofia são marcados pela exclusão, pela demarcação espacial e temporal do nascimento da filosofia, e por conseguinte, pelas cruéis consequências dessa origem única. Além disso, vislumbramos na consagração do cânone ocidental, um apagamento, ou ainda um epistemicídio⁴ de pensamentos outros, e por essa razão, vemos uma filosofia marcada pelo apagamento do outro.

O cânone fica em uma situação ainda mais indefensável, quando além das razões supracitadas, adicionamos o seu desenvolvimento dentro de uma sociedade falocêntrica, na qual a filosofia, a ciência e a literatura excluíram também a participação feminina na construção do pensamento, e sistematicamente levaram ao esquecimento a maioria das mulheres que tentaram pensar e problematizar o seu contexto, tempos e vivências.

Por conseguinte, é em razão de propor uma nova ótica para o Ensino de Filosofia, que nesse trabalho, analisaremos alguns desses excluídos, ou mais especificamente, apresentaremos algumas das contribuições literárias-filosóficas das brasileiras dos séculos XIX e XX⁵, contribuições essas que por não terem como égide a exclusão, dialogam com todo o globo, incluindo a própria filosofia ocidental.

281

Enfim, esperamos que esse breve texto possa corroborar para um Ensino de Filosofia que seja pluriversal e transcultural, que não se limite a uma *visão eurocentrada*, mas que venha se abrir para as filosofias “orientais” e “ocidentais”, nas vozes daqueles e daquelas que compõem a África, a Europa, a Ásia, a Oceania e as Américas.

1 JORNALISTAS, LITERATAS E FILÓSOFAS BRASILEIRAS

1.1 Nísia Floresta Brasileira Augusta

Na tentativa de traçar um marco na filosofia e na escrita feminina brasileira, iniciemos com a filósofa potiguar Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), esta que em suas publicações

⁴ “El epistemicidio es el proceso político-cultural a través del cual se mata o destruye el conocimiento producido por grupos sociales subordinados, como vía para mantener o profundizar esa subordinación. Históricamente, el genocidio ha estado con frecuencia asociado al epistemicidio. Por ejemplo, en la expansión europea el epistemicidio (destrucción del conocimiento indígena) fue necesaria para 'justificar' el genocidio del que fueron víctimas los indígenas” (SANTOS, 1998, p. 208).

⁵ Devido aos livros e textos de jornais citados neste artigo terem sido publicados nos séculos XIX e XX, sendo anteriores aos últimos acordos ortográficos, resolvemos atualizar a grafia dos mesmos.



normalmente utilizava o epíteto Nísia Floresta Brasileira Augusta⁶. A obra de Nísia Floresta, tanto no contexto acadêmico como no ensino básico, pode ser trabalhada das mais diversas formas, umas destas é a partir do seu *Opúsculo Humanitário* (1853), no qual a autora faz uma exegese da mulher na história das civilizações, em que argui que as sociedades que desprezam a educação e a emancipação feminina, não conseguem alcançar a civilização, sendo então levadas a barbárie.

De forma geral, esse texto nisiano se situa entre os primeiros a fazer uma genealogia da mulher, como também a problematizar a situação das mulheres no mundo e especialmente no Brasil. Além do mais, dialoga constantemente com a filosofia europeia, o que nos permite um estudo cotejado da obra da Nísia com o cânone ocidental, este com o qual tem forte aquiescência, em suas palavras:

Imitemos principalmente os ingleses no respeito à religião e à lei, os alemães no hábito de pensar e no empenho de elevarem-se acima de todos os povos pelo estudo e pela reflexão, os franceses em seu espírito inventor e em suas generosas inspirações civilizadoras (FLORESTA, 1989, p. 101).

282

Na citação acima, a Nísia manifesta sua assaz admiração aqueles que têm como pressupostos a reflexão, a institucionalização das regras para existência e coexistência social (a lei), como também a invenção que pelo espírito vem à tona, possibilitando as coisas mais primorosas da criação humana.

Dessa citação, é interessante frisar que o vocábulo “imitemos”, que a princípio pode significar a mera cópia e apropriação do pensamento das metrópoles, na verdade, no contexto da criação nisiana, expressa a inclusão do outro no mundo-pensamento, a inclusão daquelas e daqueles que pensam para além das metrópoles, que compõem e fazem parte de outros lugares, de outros espaços de criação.

No contexto do Ensino de Filosofia, o ato de inserir um texto que tem como marca a inclusão do pensamento outro, possibilita um meditar e dialogar mais profundo com os/as discentes sobre os sentidos da Filosofia e suas ações no mundo. Desse modo, a apreciação de uma criação filosófica tupiniquim, propicia o ampliamiento do sentido da filosofia, ou melhor dizendo, a desvela e desnuda das limitações impostas pelo Ocidente.

⁶ Sobre a razão de ser desse pseudônimo, a autora provavelmente o teceu da seguinte forma: o nome Nísia vem de Dionísia, o Floresta se refere ao seu lugar de nascimento, o sítio Floresta, este que fazia parte da cidade de Papari-RN, hoje nomeada Nísia Floresta, já o Brasileira é uma demarcação ou expressão patriótica, significando de que é uma pensadora brasileira, enquanto que Augusta é uma homenagem a sua filha Lúvia Augusta de Faria Rocha (1830-?).



Com o *Opúsculo*, vislumbramos que a filosofia nisiana se configura e se alicerça na inclusão, isto porque na sua criação filosófico-literária, não exclui o outro, mas o traz para o diálogo, pelo menos quando o outro não é marcado pela tirania, desprezo e vontade de destruição. Entretanto, quando essas últimas características se manifestam, aquela não se cala, mas se levanta contra toda filosofia ou ideologia que se baseia na destruição e vituperação do outro.

É dentro desse antagonismo e aparente contradição, que na pequena epopeia *Páginas de uma vida obscura* (1855), a filósofa faz uma crítica a escravidão, como também se põe como uma das primeiras abolicionistas, se posicionando contra os sistemas de opressão, posição essa que aparece no poema *A lagrima de uma caeté* (1849), no qual a autora narra sobre a destruição da terra de Tupã, a usurpação desta pelo tirano europeu.

Dentro de sua vasta obra, trabalharíamos e traríamos para a sala de aula a sua *filosofia moral ou filosofia dos costumes*, essa que está presente nos *Conselhos à minha filha* (1842), pequeno texto reeditado em 1845 e no final do qual a autora adiciona alguns poemas sob a denominação *Máximas e pensamentos para minha filha*.

Desse texto, destaquemos o conceito nisiano de *amor materno*, o amor que ama sem interesse, que não se gaba, mas ama o outro, no outro e pelo outro. Dessa maneira, o amor de uma mãe é dentre as coisas da natureza o mais importante sentimento, visto que perpassa todas as civilizações, séculos e costumes, não desvanecendo nem mesmo perante a morte (FLORESTA, 1845, p. 7).

Consequente, o *amor maternal* é tão grandioso que deixa todas as sensações, noções e afetos sobre a insígnia do aquém, de modo que até mesmos os sentimentos e as percepções que os jovens, os guerreiros, os amigos e os sábios devotam seu louvor, são meros amores, prazeres, desejos, honras, glórias ou simples amizade. Dessa forma, o *amor maternal* não pode ser cotejado com os supracitados, porque esses têm origem no interesse, têm uma finalidade, enquanto que somente a mãe:

Ama a seus filhos com um inteiro e verdadeiro desinteresse. Ela o ama feliz, se ele é virtuoso, desgraçada se ele o não é; mas o ama sempre, e o ama então com um sentimento mais poderoso, a compaixão! Uma mãe é o título mais terno, e mais doce, que há na natureza (FLORESTA, 1845, p. 8).

No contexto ou estrutura deste pequeno livro, a filósofa aconselha a sua filha a praticar as virtudes filiais e a evitar os vícios que inundam a existência humana. Dessa maneira, aconselha-a a sempre se volver a simplicidade, a amabilidade, as virtudes



cristãs e a obediência, essa última não no sentido de servilidade ou de temor, visto que nessa situação a virtude desfalece, por esse motivo, a obediência deve ser praticada: “por amor de ti mesma” (FLORESTA, 1845, p. 20).

Por conseguinte, ao volver a tais virtudes, não se deve enveredar pelo ilusório encanto da aparência externa, nem também pelos males que a acompanham, a saber: o vício, a vaidade, a decrepitude e a desolação. Deve, antes de tudo, fugir do mal e agir de acordo com a consciência, desse austero juiz da vida humana, ou ainda de que é essencial a resignação, no sentido de conhecer que a vida é luta, que todo ser humano passará ou terá momentos de muita dor, e que só a virtude cristã e o amor propiciam a felicidade em um mundo de ilusão (FLORESTA, 1845, p. 18).

Além dessas virtudes, a Nísia destaca a caridade, essa que é um fator essencial na vida virtuosa, e que por consequência, a pessoa caridosa deve sempre ficar ao lado do oprimido, esse que mormente está sozinho no mundo, não tendo ninguém que o defenda, como também não tem o mesmo destino daqueles que são agraciados pela fortuna, esses que nos escassos momentos em que não são louvados têm sempre a sociedade para lhes acudir e lhes glorificar.

Dentro da característica da pessoa ou da ação caridosa, a autora aconselha que quando algum desventurado te rogar por ajuda, faça sem questionar se a sua causa é digna ou não do socorro prestado, nem se incomode com o dizeres daqueles que sempre veem e arranjam desculpas para não ajudar (FLORESTA, 1845, p. 22).

Portanto, esse texto nisiano, além de possibilitar concepções outras sobre os conceitos de moral, virtude e vício, propicia a partir de uma perspectiva tupiniquim a afirmação de que num mundo em que: “tudo é passageiro e transitório” (FLORESTA, 1845, p. 23), somente a prática da generosidade e do bem podem trazer-nos algum grau de felicidade, enquanto que a prática da vingança e do ódio somente perpetuam as atrocidades humanas, levando aos maiores desatinos, a consciência de culpa e ao abismo existencial.

Enfim, dentro de sua filosofia dos costumes, inseriríamos na sala de aula o texto *Fany ou o Modelos das Donzelas* (1847), ou ainda o romance *Dedicação D’uma amiga* (1850), ou até mesmo poderia ser problematizado a emblemática questão do feminicídio presente no pequeno conto *Um crime cometido por amor, e sua punição* (1864)⁷.

1.2 Francisca Senhorinha da Motta Diniz

⁷ Esses três textos da Nísia foram recentemente editados em formato digital.



Dentro dessa proposta de Ensino de Filosofia, não poderíamos esquecer de apresentar para os/as discentes, a obra literária, jornalística ou ainda a atuação da Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834-1910), esta que foi uma das primeiras redatoras e tradutoras do Brasil, tendo fundado os jornais⁸ *O Sexo Feminino*, *a Primavera*, o semanário *Voz da Verdade* e também o quinzenário *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, tendo também publicado em 1886, um livro nomeado *A judia Raquel: Romance original de costumes*⁹.

A exposição da vida e obra desta grande mulher brasileira, além de trazer à tona a sua escrita e luta excepcionais, mostra que a sua obra é uma das expressões máximas das publicações jornalísticas brasileiras do período Imperial (1822-1889) e começo da República (1889). Desse modo, por causa da imensa projeção de sua produção intelectual, política, jornalística e educacional no contexto imperial e republicano, é essencial conhecer e trazer para a Educação Básica algumas de suas bandeiras e conceitos, como também suas possíveis relacionalidades.

Primeiramente, é fundamental aperceber que dentro de sua produção teórica-educacional, a sua causa máxima é o que denomina de *Emancipação Racional feminina*, como também a consequência dessa emancipação, a saber: a conquista dos direitos ao trabalho e à educação. Contudo, esses direitos só serão alcançados quando a sociedade não mais fundamentar-se no egoísmo masculino e na opressão das mulheres.

Ao colocar-se na luta pela emancipação da mulher, pela superação da sociedade egoísta e opressiva dos homens, a Francisca amiúde teceu fortes críticas aqueles que guiados pelo *pessimismo*, viam na mulher somente um: “*traste de casa*” (DINIZ, 1873a, p. 1, grifo da

⁸ O semanário *O Sexo Feminino* foi fundado na cidade de Campanha (MG), em 07 de setembro de 1873, tendo sido encerrado nessa cidade em 07 de setembro de 1874. Em 22 de julho de 1875, *O Sexo Feminino* passa a ser publicado na corte (RJ), seguindo (provavelmente) até 02 de abril de 1876. Entre 1876 a 1880, não temos informações sobre o que a Senhorinha fez ou publicou. Entretanto, a partir de 29 de agosto de 1880, surge na cidade do Rio de Janeiro, a revista *Primavera*, publicada e redigida pela Senhorinha provavelmente até 31 de outubro de 1880. Sobre a causa da ruptura na publicação dessa revista, talvez tenha sido a morte da Albertina A. Diniz em 16 de novembro de 1880. A próxima aparição que temos sobre a supracitada será em 1885 (talvez em 12 de maio), quando inicia a publicação de seu jornal *Voz da Verdade* (SUDRE, 1885, p. 2). Finalmente, a autora lança em 1886, junto com uma de suas filhas, o romance *A judia Raquel*. Em 09 de junho de 1889, a autora retorna à publicação (também na corte) do *O Sexo Feminino*, indo até 08 de outubro de 1889. A partir de 15 de dezembro de 1889, o jornal passa a ser nomeado de *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Inclusive, a razão da mudança de título foi devido a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Ademais, esse jornal foi lançado (provavelmente) até 06 de novembro de 1890. A partir dessa data, até 03 de novembro de 1910, data da morte da Senhorinha aos 76 anos (AZEVEDO, 1910, p. 6), não conseguimos encontrar qualquer informação sobre as suas possíveis publicações ou atuações.

⁹ Este livro foi publicado pela Senhorinha com a colaboração e coautoria de uma de suas filhas. Entretanto, é difícil afirmar quais de suas filhas foi a coautora. O que podemos afirmar, é que provavelmente foi escrito com a participação de Amélia Augusta Diniz (1859/1860-?) ou de Albertina Augusta Diniz (1861-1880).



autora), e que em plena modernidade, a mulher ainda estava lançada na subalternidade, de modo que: “Quando filha, quando mãe, esposa ou viúva, sempre, sempre manietada, oprimida e dominada desde o primeiro até o último homem” (DINIZ, 1873b, p. 2).

Dessa forma, a autora problematiza que mesmo no século do progresso e das luzes, os homens (pai, marido ou o filho) continuam a pensarem a si como sendo o “sexo forte”, e a colocarem na mulher a corruptela de “sexo frágil”, a denominando de dócil e lançando-a na vida do lar, na opressão física e moral.

Em corolário, é em vista da educação feminina, da superação da opressão e ignorância nas quais estão submetidas as mulheres, que a Francisca Senhorinha propõe a *tríplice educação*, a saber: educação física, moral e intelectual. Logo, é a partir desse arcabouço formativo, que a educação terá como propósito a conquista de uma saúde salutar, de uma educação civil e religiosa, como também a aquisição dos conhecimentos provindos das mais diversas ciências, estas que, no século das luzes, alcançaram os mais altivos progressos.

Entretanto, a proprietária do *Sexo Feminino* adverte, que esse progresso e essa sociedade dita das luzes, não serão realmente progressistas, esclarecidas, liberais ou humanas enquanto negarem as mulheres os seus direitos, enquanto não abandonarem o modo de pensar que se fundamenta em tudo que é retrógrado, característica essa que veta a ciência, que não propicia o esclarecimento.

Em suma, é necessário que o século do esclarecimento seja marcado verdadeiramente pelas luzes, que os responsáveis pela degradação e ignorância da mulher reconheçam a culpabilidade que cai sobre os seus ombros, e que não se coloquem contra a máxima da época: *fraternidade, igualdade e liberdade*, que antes de tudo reconheçam que as mulheres não são inferiores, mas que categoricamente devem ser consideradas suas iguais, sendo-lhes essencial a conquista do mais profundo amor que a civilização pode possibilitar, a emancipação feminina, nas palavras da Francisca:

Ainda não houve um século, em que mais se falasse de progresso, de aperfeiçoamento e de prosperidade que o presente. No entanto, não haverá prosperidade, nem a haverá enquanto os homens considerarem as mulheres suas inferiores, enquanto não tiverem às suas mães o mais profundo amor, respeito, acatamento e veneração (DINIZ, 1873c, p. 2).

Por conseguinte, ao que tange a obra da Senhorinha, é possível vislumbrar sua inserção e projeção dentro dos mais diversos movimentos intelectuais da sociedade oitocentista, ou seja, é possível fazer uma análise comparativa de sua criação



literária-filosófica com as mais diversas correntes da filosofia moderna. Dessa maneira, podemos meditar sobre a *apropriação antropofágica* que realiza de alguns dos conceitos da obra do filósofo francês Louis Aimé Martin (1782-1844), como também do seu relacionar com o pensamento iluminista, especialmente com o iluminismo francês, a partir da utilização das concepções de progresso, época das luzes, sociedade em marcha, revolução e emancipação.

Inclusive, dentro do iluminismo francês, podemos estudar a aquiescência da escrita da Senhorinha com as filosofias de George Sand (1804-1876), Maria de Rabutin-Chantal (1626-1695), Rousseau (1712-1778), Voltaire (1694-1778), Maria Deraismes (1828-1894) e Marie Pape-Carpantier (1815-1878). Aliás, sobre a escritora e educadora Marie Pape-Carpantier, a Senhorinha além de compactuar com a visão educacional desta, verteu para o português dois de seus livros¹⁰.

Além das filósofas e filósofos supramencionados, a sua obra dialoga também com a filosofia de John Stuart Mill (1806-1873), especialmente com a visão deste acerca dos direitos das mulheres, esta que aparece nos livros *Considerações sobre o governo representativo* e *A sujeição das mulheres*.

Ademais, para além da influência iluminista, a escrita e a atuação da supracitada se relaciona com as formulações teóricas dos primeiros sistemas educativos brasileiros, a saber: com a *escola do povo*, movimento este fundando na corte no mesmo ano em que foi criado o periódico *O Sexo Feminino*, e com o qual aquela mantém um carinhoso diálogo, se correspondendo, especialmente, com o professor Miguel Vieira Ferreira (1837-1895).

Portanto, o estudo cotejado da obra da Francisca Senhorinha com as mais diversas matizes do pensamento europeu, possibilita-nos olhar os textos “clássicos” da filosofia com outros olhos, propicia uma crítica àqueles que utilizam a filosofia como instrumento para a negação do outro. Alfim, tal estudo e ensino proporcionam um outro modo de pensar a filosofia e suas relações, agora marcada pela voz e escrita dessa grande literata brasileira.

1.3 Josefina Álvares de Azevedo

¹⁰ Soturnamente não tivemos acesso a essas duas traduções, o que temos é a informação da própria Senhorinha publicada em 22 de junho de 1885: “Primeiras lições da infância por Mad. Pape Carpentier, tradução de D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz [...] Brevemente será publicado o não menos importante opúsculo – Direção das salas de asilo, por Mme. Pape Carpentier. Tradução da mesma” (DINIZ, 1885, p. 4). Ademais, não sabemos mencionar, dentro da obra da Marie Pape-Carpantier, qual texto é esse que a Senhorinha traduz como *Primeiras lições da infância*, o que podemos pensar é que seja provavelmente o *Enseignement pratique dans les écoles maternelles: ou premières leçons a donner aux petits enfants* (1849). Já o opúsculo *Direção das salas de asilo*, provavelmente seja a tradução do *Conseils sur la direction des salles d’asile* (1846).



Para compreender mais detalhadamente as transformações que ocorreram nos dois últimos séculos, a relação entre política, literatura e causa feminista, é fundamental trazer para Educação Básica a obra da docente, redatora, dramaturga e poetisa Josefina Álvares de Azevedo (1851-1913), uma das precursoras na luta pelo voto feminino nas terras brasileiras.

De forma geral, sua atividade escrita deu-se predominantemente na imprensa¹¹, na qual publicou uma gama de artigos defendendo a emancipação feminina, sendo que é a partir desses artigos (e de alguns outros textos) que a autora compõe e traz à luz em 1891 o livro *A mulher moderna: trabalhos de propaganda*.

Nesse livro, ao dissertar sobre o novo regime (a República), expõe que o Império das trevas finalmente caiu por terra, esse no qual a mulher vivia em um: “regime de escravidão legal e moral” (AZEVEDO, 2021, p. 31). E que a todo passo, a todo instante de sua vida, tudo era regido ou estava sob a égide de preconceitos infundáveis, por causa dos quais não lhe era permitido a mínima liberdade, e a igualdade parecia um sonho distante.

Mas agora – por causa do cataclisma que fez com que o Império descaísse sobre si mesmo, os sonhos de igualdade pareciam mais reais, ou pelo menos não tão distantes. Entretanto, a mulher ainda estava sob a tutela do homem, sob a objetificação imposta pela sociedade, essa que lhe privou e negou até mesmo do pensamento, da capacidade racional que distingue o humano dos seres irracionais. Destarte, é em vista de superar os preconceitos presentes na sociedade oitocentista, que a redatora do jornal *A Família* assevera:

É necessário que a mulher, também como ser pensante, como parte importantíssima da grande alma nacional, como uma individualidade emancipada, seja admitida ao pleito em que vão ser postos em jogo os destinos da pátria [...] queremos o direito de intervir nas eleições, de eleger e ser eleitas, como os homens, em igualdade de condições. Ou estaremos fora do regime das leis criadas pelos homens, ou teremos também o direito de legislar para todas. Fora disso, a igualdade é uma utopia, senão um sarcasmo atirado a todas nós (AZEVEDO, 2021, p. 32).

Com o brado acima, a Josefina se posiciona contra a sociedade que é marcada pelo sarcasmo, pela contraditoriedade e pelo delírio, esse último que é a manifestação caricata dos tiranos e egoístas em vista da vontade do poder ou do querer, como também a concretização do desejo de apagar e menosprezar.

¹¹ A escrita jornalística da Josefina tem ascensão a partir da fundação do (seu) jornal *A Família* em 18 de novembro de 1888, um ano antes da Proclamação da República do Brasil.



É por não anuir com a “práxis” desse tipo de civilização, que aquela se coloca antagonicamente as constituições alicerçadas no sarcasmo masculino, essas que ironicamente e diabolicamente se pressupõem fundadas nas ideias de igualdade e democracia, mas na prática cospem sobre esses conceitos, na medida em que negam a mulher até mesmo o *cogito*.

Logo, a poetisa tece fortes críticas às leis, essas que, em uma constituição dominada pelo homem, ao invés de serem o portfólio da sabedoria, são na verdade a assunção das maiores imbecilidades, visto que juridicamente negam a mulher a consciência e a liberdade de escolha, como também ignoram que *a civilização marcha*, e de que: “Já hoje, pela conquista da civilização, temos demonstrado que não somos nada inferiores ao homem” (AZEVEDO, 2021, p. 33). Logo, a mulher não é inferior, e enquanto operária, cientista, advogada ou profissional da medicina, que em todas essas e em muitas outras áreas, tem mostrado que é capaz¹², tem mostrado que a igualdade de direitos é a premissa, o meio e o fim de uma civilização esclarecida.

Todavia, o Brasil República não se colocou dentre as sociedades esclarecidas, de modo que, o direito ao voto pelo qual a Josefina tanto lutou, será conquistado somente quarenta e um anos depois da publicação do seu livro *A mulher moderna: trabalhos de propaganda*, ou ainda dezenove anos depois de sua morte¹³.

No decurso de sua vida, a Josefina lutou bravamente contra todos aqueles que tentaram juridicamente arguir a não participação feminina na política, e que frequentemente utilizavam a falácia da suposta incapacidade. Entretanto, quando questionados sobre o porquê dessa incapacidade, não conseguiam responder coerentemente, sendo suas respostas somente os velhos barbarismos das sociedades dominadas pelo homem, esse que na sua selvageria igualava a mulher ou a ausência de razão dos dementes ou a inexperiência dos menores (AZEVEDO, 2021, p. 37).

Dessa crítica a tentativa jurídica de defender o injustificável, a autora conclui que toda lei que se funda em princípios de exclusão, independentemente do sistema de governo no qual está instituída, no final leva a tirania, a subsunção de todas as existências a egolatria do homem, dessa maneira: “A lei restritiva [...] aparece senão como um despotismo tirânico da força contra

¹² Em relação ao argumento sobre a capacidade feminina, é interessante citar que a Francisca Senhorinha utilizava frequentemente um raciocínio congênere ao da Josefina. Além disso, aquela criou nos seus jornais seções nas quais focava no avanço e entrada das mulheres nos mais diversos cargos em todo o planeta, centrando especialmente na França, Inglaterra, Alemanha e EUA.

¹³ A conquista do direito à elegibilidade feminina no Brasil, tornou-se realidade em 24 de fevereiro de 1932, depois das infundáveis lutas empreendidas pelas feministas brasileiras dos séculos XIX e XX.



o direito, do homem sobre a mulher” (AZEVEDO, 2021, p. 38), é a manifestação de um dos mais horrendos males da civilização.

Sobre a relação entre o governo imperial e o republicano, a literata profere que ao invés de pressuporem-se dialeticamente, na verdade coparticipam dos sistemas de exclusão, visto que ambos persistiram na fomentação das desigualdades e vícios sistêmicos, ambos negaram a inclusão do voto feminino, em outros dizeres: “O governo [...] não considera nem oportuna, nem conveniente qualquer inovação na legislação vigente no intuito de admitir as mulheres [...] ao alistamento e ao exercício da função eleitoral” (AZEVEDO, 2021, p. 40).

Portanto, a obra da Josefina é marcada pela luta e propaganda dos direitos de igualdade para todas as brasileiras e brasileiros, pela constatação de que o direito não pode ser roubado ou destituído por qualquer sistema, é um bem que perpassa toda exclusão, e que não será silenciado pela legislação, covardia ou totalitarismo dos homens.

1.4 Mariana Coelho

290 Uma outra contribuição importantíssima para as letras brasileiras, são os escritos que saíram da pena e da voz da escritora luso-brasileira Mariana Coelho (1857-1952). A Mariana, atuou como jornalista, poetisa, literata, professora e como participante do movimento feminista brasileiro em vista do voto, ou seja, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Dentre a sua contribuição na poesia, literatura e filosofia, destacamos o seu belíssimo livro *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*. Esse livro foi publicado no terceiro decênio do século XX, mais precisamente em 1933, ano em que outros livros escritos por mulheres vieram à tona, como é o caso de alguns textos publicados pela Maria Lacerda de Moura e pela Bertha Lutz.

Nesse livro, a Mariana aborda a participação feminina na religião, na guerra, na administração, na imprensa e no amor. Destes tópicos ou capítulos, concentremo-nos na sua percepção acerca da mulher no contexto religioso, percepção essa que é abordada no capítulo *A mulher na religião*.

Neste capítulo, a autora inicia com a argumentação de que igualmente a proposição dos historiadores sobre a origem humana, ou seja, do mesmo modo que esses apontam como causa comum das sociedades antigas e modernas a Índia ou o Egito, que essa compreensão de origem pode ser utilizada também para pensar a relação da mulher com a religião, isto é, para provar que nas sociedades antigas existia a igualdade entre mulheres e homens



na participação e organização do culto. E nesse sentido, que foi somente com o *Clero romano* que a mulher foi lançada ao degredo, em que a participação no culto lhe foi negada, ou nas suas palavras:

Como o objetivo deste estudo é precisar o papel da mulher em várias religiões, principiaremos por demonstrar que ela foi introduzida em todos os mistérios da antiguidade e que, fazendo o respectivo confronto entre os cultos antigos e modernos, se chega à conclusão de que só a Igreja romana a excluiu do seu culto (COELHO, 2002, p. 51).

Para arguir a tese da negação do culto adimplida pelo cristianismo, como também para provar a anterioridade da igualdade em outras culturas e povos, profere que na antiga Índia, nos textos canônicos do *Rigveda*, não havia desigualdade entre os sexos, sendo as mulheres participantes e colaboradoras no culto. E que tanto na corrente *Védica* como na *Brâmane*, o alicerce era igual, quer dizer, no momento opuscular da criação, a divindade fez que a partir do feminino e do masculino tudo surgisse.

Além do mais, a participação da mulher estava no cerne do culto, seja na representação do *panteão védico* com a deusa Aditi (a manifestação do ilimitado e do infinito), ou enquanto *Devadassi*, aquelas que no culto a Brahma: “mantinham o fogo sagrado” (COELHO, 2002, p. 52). Além disso, a coparticipação feminina se mostrava também nas sacerdotisas de Delfos, do Egito ou nas vestais romanas.

Na sequência, assevera que a libertação das mulheres do jugo masculino era um dos objetivos do budismo, ou de que no panteão romano, as divindades tinham como expressão a igualdade. E para além da Índia, do Egito, da Grécia e de Roma, de que no continente americano, mais precisamente no Peru e na teocracia Inca, a mulher estava presente no culto, esse no qual muitas vezes o homem não era admitido (COELHO, 2002, p. 53-54).

O que a autora objetiva auferir com essas argumentações, é que foi somente com a Igreja Católica Apostólica Romana que a desigualdade da mulher no culto veio à tona, que houve a deturpação dos ensinamentos do Nazareno. Por essa razão, a história do Clero levou a mulher as mais funestas humilhações, e a prova cabal disso é encontrada na própria história dos santos e mártires, nas quais são proferidas as piores condenações e execrações contra as mulheres¹⁴.

¹⁴ À guisa de curiosidade, a Maria Lacerda utiliza um argumento semelhante ao da Mariana no texto *A mulher e a maçonaria*, no qual defende que: “A mulher não foi alevantada pela Igreja Romana [...] A Igreja deprimiu-a, considerou-a “impura”, “arma do diabo”, “satanás em pessoa”, “dardo do demônio”, pela boca de Gregório VII, do Eclesiastes, de S. Tomás de Aquino, de Manegold, de Dustan, S. Paulo, Luís VI, Damião, Constantino, etc., etc., pelos concílios que negavam a alma a mulher e que a custo lhe concediam meia alma ou uma alma inferior” (MOURA, 1922, p. 20).



Mas quem são esses santos e o que disseram sobre as mulheres? A autora responde a essa pergunta ao narrar os anátemas dos santos, ao contar que Tertuliano (160-220) bradou que as mulheres deviam caminhar sempre em luto, cobertas a tal ponto que somente as suas lágrimas pudessem ser vislumbradas, ou que Santo Antônio (1195-1231), foi tão odioso que chegou a perceber a mulher como sendo o diabo encarnado, ou de que um outro santo, de nome S. Coriolano, proferiu que em hipótese alguma o homem pode ficar sozinho com uma mulher, visto que não tendo uma testemunha, por causa de tal ato: “Além de ser posto a pão e água, sofrerá 200 chibatadas” (COELHO, 2002, p. 55).

Entretanto, há entre os santos e os filósofos algumas exceções, como é caso do filósofo e teólogo François de Salignac de La Mothe-Fénelon (1651-1715), esse que vislumbrava na mulher um ser consciente, um ente essencial para a humanidade. Já dentre os santos, cita S. Jerônimo, este que: “viveu entre os séculos IV e V; era feminista, advogava a igualdade dos sexos” (COELHO, 2002, p. 58).

A Mariana Coelho, além de ser uma das mais importantes autoras que advogaram sobre a causa feminista, ao lançar-se em uma ampla análise da participação da mulher nas mais diversas civilizações, inclusive ao que refere a coparticipação no culto, é também uma das primeiras a pensar a relação entre as mulheres e as religiões a partir de uma perspectiva não eurocentrada.

Logo, por analisar a relação entre a mulher, a religião e a igualdade a partir das mais diversas epistemologias, esse texto da Mariana propicia dentro do Ensino de Filosofia e da filosofia da religião, uma ótica outra sobre as relações entre os sexos no contexto religioso, ou ainda permite-nos pensar os modos pelos quais os homens utilizam e utilizavam os sistemas teológicos para oprimir, ofender e perpetuar a sua “lógica” machista, o sistema de dominação masculino.

1.5 Bertha Maria Júlia Lutz

Dentre as brasileiras que advogaram a causa feminista, a Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) é uma das mais fervorosas vozes. Entretanto, mesmo tendo sido uma das pessoas que mais lutaram pela conquista do voto e da elegibilidade feminina no Brasil, soturnamente, muitas pessoas desconhecem a sua trajetória. Por essa razão, antes de focarmos em uma de suas contribuições para a escrita, a educação, a filosofia e o direito brasileiro, façamos um breve resumo de sua história.



Bertha Lutz nasceu em uma família que cultivava a ciência e a educação, visto que a sua mãe Amy Fowler (XIX-XX) era uma enfermeira, e seu pai Adolpho Lutz (1855-1940) um cientista. Seu percurso foi fervoroso, tendo alcançado a formação acadêmica pela prestigiada faculdade de ciências de Paris (Sorbonne) no ano de 1918, ano no qual sua atuação pública e política propriamente dita é iniciada. A partir daí, trabalhou por um tempo no Instituto Oswaldo Cruz, e em 1919 tornou-se uma das primeiras mulheres a ingressar (no Brasil) em um cargo federal, ao iniciar seus trabalhos no Museu Nacional (LÔBO, 2010, pp. 23-29).

A sua atuação na política brasileira e na causa feminista, ganha outros contornos no final do primeiro decênio do século XX, no qual ao lado de outras feministas fundará a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, e em vista da qual publicará uma série de artigos defendendo além do direito ao voto, a entrada da mulher na ciência e na educação, como também defendendo as associações femininas, ou mais precisamente, propagando sobre a necessidade do espírito de classe, que as mulheres das classes operárias, do professorado entre outras deveriam reunir-se em vista de uma ação comum. É graças a esse espírito de união, que em 1922, a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher será renomeada para Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), e terá como primeira presidenta a Bertha Lutz, essa que além de atuar fortemente no Brasil, representará a federação e o próprio governo em vários congressos e conferências internacionais (LÔBO, 2010, pp. 29-41).

Finalmente, após anos de luta em vista do voto feminino, de ter participado de federações e organizações nacionais e internacionais em vista da emancipação da mulher, a Bertha assume em 1936 uma cadeira na Câmara dos Deputados, na qual prossegue com sua luta em vista dos direitos femininos, da ciência e da educação.

Sobre a obra da Bertha, foquemos na sua atuação na luta pelos direitos de igualdade jurídica, social e econômica, luta essa que se materializa no livro *13 Princípios Básicos: Sugestões ao Anteprojeto da Constituição*, publicado em 1933. Nesse texto jurídico-filosófico, enviado a uma das subcomissões da Assembleia Constituinte em 1933, a autora articula que por ser a constituição a base de uma nação, não mero jogo político, é por consequência a concretização das: “relações econômicas e sociais [...] sob a forma da autodisciplina jurídica” (LUTZ, 1933, p. 5). Dessa maneira, é por meio da *lei básica* de uma sociedade, que são constituídos os sonhos mais elevados de um povo, sonhos esses que se concretizam com a harmonização das relações sociais, políticas e econômicas.

Em corolário, sendo a *lei básica* tão sumária, essa deve tomar como alicerce a fraternidade, a liberdade e a igualdade oriunda dos estatutos que foram desenvolvidos devido a Revolução Francesa (1789-1799), ou ainda devido a



Revolução Industrial (1760-1840). Assim, em uma constituição baseada na justiça e no bem humano, há a necessidade de colocar em plano a relação econômica e o bem de cada cidadão, de extirpar toda e qualquer barbárie que ouse persistir na civilização (LUTZ, 1933, pp. 5-6).

A partir dessas proposições, a autora sugere alguns artigos para a nova constituição, sendo que estes devem ter como base *treze princípios*, dos quais destacamos alguns nos parágrafos abaixo.

Dos supracitados, concentremo-nos primeiramente, no que versa sobre *A racionalização do poder*. Sobre esse princípio, a Bertha profere que por causa da política ser um local de luta, em que os seus participantes se lançam uns sobre os outros, faz-se necessário um elemento que possa mediar e harmonizar. Dessa maneira, dentro dos governos democráticos, no âmbito da luta entre vozes e poderes, o único mediador possível é o povo, ou melhor dizendo, é a lei, essa que por consequência é: “A autodisciplina jurídica do povo” (LUTZ, 1933, p. 10), a relacionalidade entre o Estado e o Direito.

Conseqüentemente, o próximo princípio que achamos de suma importância mencionar é o terceiro – a *Dignificação do Trabalho*. Esse princípio pressupõe que o trabalho é o sustentáculo da existência, ou seja, se manifesta e se realiza na tarefa de todo ente em vista da sua sobrevivência (conservação). Logo, é contrário ao parasitismo, este que significa ou expressa-se na degeneração (LUTZ, 1933, p. 24).

Dessa maneira, ao falar sobre o trabalho digno, a supracitada afirma que apesar da atividade laboral ser a obra que constrói as sociedades – a classe trabalhadora é ainda uma das mais desprezadas. E dentro dessa classe, são as mulheres aquelas que trabalhando o dobro (mais que o homem), ganham uma quantia insignificante. Portanto, é em vista da reforma da atividade laboral, que aquela propõe que: “A trabalho igual, salário igual” (LUTZ, 1933, p. 26), isto é, não deve haver distinção entre os sexos, como também entre nacionalidades. A igualdade deve ser a base da lei do trabalho.

O outro princípio que merece essencial destaque, é o *oitavo princípio*, este que versa sobre a *Equiparação dos sexos*. Na discussão sobre o supracitado, a autora afirma que não há cientificamente, inferioridade entre mulheres e homens por causa do tamanho do cérebro, como também que a sexualidade (as genitálias) e a reprodução são somente partes secundárias, e por essa razão, não devem ser juridicamente ou socialmente empecilhos (uma negativa) a participação feminina na política, na educação ou em qualquer outra área (LUTZ, 1933, p. 38), ou nas palavras da autora: “Recusar à mulher a igualdade de direitos em virtude do sexo é denegar justiça à metade da população” (LUTZ, 1933, p. 39).



Em vista de solucionar o problema da desigualdade entre mulheres e homens, a Bertha propõe que na nova constituição da República, não deve haver privilégios seja de nascimento, de sexo ou mesmo de classe, sendo então levadas ao esquecimento todas as normas jurídicas que colocavam a mulher sob a proteção do homem (que a limitava e restringia), enquanto filha, irmã, esposa e mãe (LUTZ, 1933, p. 39).

Agora, as pessoas (ressalvando os termos da nova constituição) poderão ocupar qualquer cargo, sem detrimento do sexo ou do estado civil como condição (LUTZ, 1933, p. 40). Inclusive, o mesmo artigo se aplica também ao trabalho, ou seja, o sexo não pode levar a diferenças salariais, ou ainda de que, na matéria da infância, do labor da mulher ou da maternidade, toda e qualquer proposta a constituição, toda e qualquer lei futura, deverá consultar as organizações femininas: “será dada obrigatoriamente participação técnica a mulher” (LUTZ, 1933, p. 41).

Esse texto da Bertha Lutz, por ser filosófico-jurídico, categorizado dentro da Filosofia do Direito, ao ser trabalhado em sala de aula, anuncia a partir de uma voz e escrita brasileira, uma proposta de reformulação e criação das leis de um Estado moderno, o meditar filosoficamente, a partir da relação entre Direito e Lei as bases constitucionais de uma sociedade, esta que deve “agir”, “pensar” e está alicerçada no povo.

295

1.6 Maria Lacerda de Moura

Dentre as escritoras do século XX, uma das mais profícuas é a mineira Maria Lacerda de Moura (1887-1945), esta que, na nossa concepção, é uma das principais filósofas brasileiras. Entretanto, mesmo sendo sua obra e vivência tão fascinantes, ficamos estarecidos por saber que muitas filósofas e filósofos tupiniquins não conhecem sua monumental criação, essa que no decurso da vida, publicou em jornais nacionais e internacionais, como também trouxe à luz dezenas de livros, nos quais suas contribuições a colocaram (ou deveriam) como uma das maiores referências brasileiras, seja no movimento anarquista, no feminismo, na filosofia da religião, na crítica ao fascismo, na educação entre outros¹⁵. Por essa razão, dedicamos um

¹⁵ Uma informação interessante sobre a Maria Lacerda, é que recusava todas as rotulações. Isto por que, todos aqueles que se pressupõem como comunista, capitalista, socialista, feminista, antifeminista, liberalista ou nacionalista, que esses, no fundo, pregam uma coisa e vivem outra, são hipócritas, como também por que a rotulação enquadra as pessoas dentro de um limite prático-teórico, impossibilitando qualquer mudança, qualquer perspectiva que não a sua própria ideologia, impossibilitando a pluralidade de mundos e pessoas, nas suas palavras: “Ninguém precisa associar-se a blocos de homens ou de mulheres para sentir a beleza ou para espalhar o exemplo nobre de uma atitude ou realizar um ato enérgico de suprema reação à rotina ou ao servilismo e à imbecilidade humana. Podemos entrar, sem compromisso gregário, sem nos determos, em todos os grupos, em



espaço especial a discussão de sua obra nessa proposta de ensino, isto por que, não trabalhar seus textos no ensino e no estudo de filosofia levariam ou corroborariam para uma ausência, um abismo gigantesco na criação filosófica destas terras de Santa Cruz. Logo, para evitar essa ausência, venhamos contemplar um pouco da vivência e existência da eminente Maria Lacerda de Moura.

No seu contexto de vida e de luta, foi professora, escritora e jornalista, participou inicialmente dos movimentos que dariam origem em 1922 à FBPF, tendo, contudo, se afastado deste movimento a partir de 1921. Além do mais, escreveu (e viveu) sobre o amor plural (o amor livre), conceito este desenvolvido no livro *Amai e... não vos multipliqueis* (1932), ou em alguns artigos publicados na revista espanhola *Estudios*. Além disso, se posicionou contra as *pseudociências* e os *pseudocientistas*, esses que apercebiam a mulher como um ente inferior. Dessa forma, em vista de cientificamente contradizer as proposições daqueles, lança em 1924 o livro *A mulher é uma degenerada*.

Dentre as suas contribuições, mencionemos também o livro *Civilização tronco de Escravos* (1931), no qual se posiciona contrariamente aqueles que utilizam a ciência em vista da destruição dos seres vivos, e que nos seus desvarios criam as mais abomináveis invenções do gênero humano, tudo isso em vista do poder de a todos aniquilar, da imbecilidade e monstruosidade de escolher entre os mortais aquele que deve viver e aquele que há de morrer, em outras palavras, a manipulação de todas as existências a partir de uma visão corrosiva e desumana da ciência.

Da sua vasta produção, um dos (muitos) temas que podemos trazer para a Educação Básica e para a academia, é a sua originalíssima discussão sobre a relação entre o Clero, o Estado e o Fascismo, relação essa que a filósofa delineia detalhadamente no texto *Fascismo – Filho Dileto da Igreja e do Capital* (1934).

Nesse livro, a autora escreve extensivamente sobre as artimanhas utilizadas pelo Clero (seja católico ou protestante) em vista da manutenção do seu poder, da dominação do mundo do além e do aquém. Dessa forma, aquele utiliza de todo e qualquer método para a todos dominar e escravizar, para prosseguir com: “a sua moral de escravo” (MOURA, 2012, p. 7), e em vista disso se relaciona com o fascismo de Benito Mussolini (1883-1945) e com o nazismo de Adolf Hitler (1889-1945), sendo ambos: “os dois *braços seculares* da Igreja neste momento

todos os partidos, levar o nosso esforço por toda parte onde quer que possamos presentir um motivo de estética, ou surpreender a dádiva de um sonho generoso” (MOURA, 2012, p. 108).



histórico. Representam o desespero do Cristianismo pretendendo reorganizar os Autos da Fé e acender outra vez as fogueiras da Inquisição” (MOURA, 2012, p. 7).

Em corolário, é esse *cristianismo fascista* que fundamenta e defende o “direito” daqueles de exterminar, manifestando por meio destes o seu fanatismo, o seu desprezo para com a liberdade e a ciência (MOURA, 2012, p. 10). É esta mesma Igreja que no decurso de sua história perseguiu indiscriminadamente de Giordano Bruno (1548-1600) a Isaac Newton (1643-1727), que acendeu as chamas da inquisição contra todas e todos aqueles que se colocaram contra a sua tirania.

Essa mesma Igreja, agora, servindo-se de novas máscaras e novos ídolos, do fascismo, capitalismo e “comunismo” (e outros ismos), da relação Estado e Capital, emprega os seus recursos para propagar e perpetuar a sua tirania, visto que: “A Igreja se serve do capitalismo [...] os governos estão a serviço do Capital [...] Daí o Fascismo: é filho dileto da Igreja e do Capital” (MOURA, 2012, p. 18).

Por essa razão, o Clero é fascista, e na sua maquinação, abusa, atraiçoa e expropria até mesmo os seus fiéis, utilizando os bens destes (seja pobre ou rico) para se lançar na riqueza, no poder que destrói e que não aceita que o outro possua qualquer tipo de bem, seja econômico ou científico. Por esse motivo, na sua maquinação e desejo pela destruição do outro, lançou ao fogo inúmeras bibliotecas, a saber: queimou a biblioteca de Alexandria, a biblioteca palatina de Roma, destruiu a metafísica aristotélica, adaptou alguns dos seus conceitos ao cristianismo, deturpando o seu pensamento, ou ainda, no seu desejo incendiário queimou em plena modernidade (século XVI) milhares de livros de astrônomos, filósofos, matemáticos e médicos Árabes (MOURA, 2012, pp. 20-21). Além disso, na sua vontade em propagar a ignorância, patrocinou ou antes inaugurou as queimas de livros perpetradas por Mussolini e Hitler, essas que comparadas ao fogo que queima na história do Clero, não causam tanto espanto (MOURA, 2012, p. 22).

De forma geral, esse belíssimo livro da Maria Lacerda, a coloca como uma das primeiras pessoas no mundo a teorizar criticamente sobre os movimentos totalitários do século XX, tornando-a (na nossa concepção) umas das principais fontes brasileiras e mundiais nesse assunto.

Ademais, com a discussão desse texto em sala de aula, somos levados a olhar a funesta ascensão do fascismo e do nazismo, a compreender que esses sistemas de opressão foram patrocinados (direta e indiretamente) pela Igreja. Já em relação a contemporaneidade tupiniquim, a filosofia da Maria Lacerda nos possibilita pensar o relacionar do



protestantismo brasileiro com os governos ultraconservadores, estes que chegaram ao poder munidos com a bandeira do falso patriotismo e moralismo.

1.7 Antonieta de Barros

Por fim, dentre as autoras brasileiras dos séculos XIX e XX, uma outra voz que trabalharemos no Ensino de Filosofia, é a grande contribuição da Antonieta de Barros (1901-1952)¹⁶, esta que foi professora, cronista e política catarinense, a primeira mulher negra a ocupar um cargo de deputada, e isso em 1934, em uma sociedade em que o espaço político, social, produtivo e intelectual era um privilégio do homem branco da elite brasileira, uma sociedade em que a maioria das mulheres, até mesmo as que pertenciam a elite, quando conseguiam ter acesso ao saber e ao trabalho, eram ridicularizadas ou levadas ao esquecimento (há pouquíssimas exceções).

Sobre a escrita da Antonieta, a maior parte de seus textos vieram a lume em publicações jornalísticas, mormente na forma de crônica, sendo que alguns desses textos foram publicados em 1937 no livro *Farrapos de ideias*.

298

Ao que se refere às suas crônicas, encontramos nelas os mais diversos assuntos, citemos inicialmente os seguintes: a crítica às multidões levadas pelo fanatismo ou por qualquer entusiasmo, estando sempre à mercê de quem as queira manipular, os textos em que analisa as formas de governo, a imprensa, as modernizações de sua época, os feriados, os problemas sociais como a pobreza, a fome e a ausência de escolas, os textos em que medita a respeito dos entes marcados pela raiva e estupidez, ou ainda ao admoestar sobre os que dominados pelo pessimismo, o egoísmo, a ilusão e a máscara, construam: “com carinho e desvelo, castelos formidáveis, que as outras auroras, num silêncio [...] menos mentirosas [...] destroem, derrubam, arrasam, pulverizam” (BARROS, 2022, p. 139).

Consequentemente, dentre os vastos temas e conceitos que traz à tona, percebemos em sua obra uma atualidade gigantesca, ou ainda uma sutileza de escrita e pensamento, uma linguagem poética-filosófica que vislumbra a realidade por outros parâmetros. Mas quais são esses parâmetros? Eis abaixo algumas das muitas conceituações que foram forjadas pelas mãos da Antonieta.

Um dos conceitos ou frases geniais da supracitada é *vida sintetizada* (ILHA, 1932a, p. 1), a ociosidade que abre espaço para o carnaval das máscaras e dos mascarados,

¹⁶ Antonieta assinava as suas crônicas amiúde com o pseudônimo Maria da Ilha.



destes que encontram nesse o momento, quiçá o único de desvelar do rosto à mentira que carregam por todo o ano, e que: “o homem, por natureza, identificou-se com a máscara” (ILHA, 1932a, p. 1), e que agora, no carnaval de serpentinas finalmente tiram do rosto os seus disfarces, esquecendo por um momento a vida que pressupõem como sendo horrível.

Consequente, é interessante citar também o vocábulo *Literatura para convalescente* (ILHA, 1932b, p. 1), esse que é a expressão daqueles que ao ignorarem mais da metade do mundo, ao desprezarem a educação das mulheres, lançam e publicam sobre elas as maiores bagatelas, preconceitos e pieguismos.

A autora utiliza também esses dois termos: *marteladas infinitas* e *mulheres tantalizadas* (ILHA, 1933, p. 1). Sobre a primeira expressão, a literata profere que serão necessárias para derrubar o preconceito e o egoísmo dos homens, para que a luz apareça, dissipando a escuridão egoísta masculina, possibilitando que as tantalizadas (segundo termo) cheguem finalmente à *independência* e à *consciência de si*.

Enfim, citemos também o seu lindíssimo conceito *amanhar cor de rosa* (ILHA, 1932c, p. 1), esse que representa o futuro em que dissipados os preconceitos e as desigualdades, a humanidade poderá sorrir, sorrir o sonho da vida e viver a vida realmente, não como ilusão, mas como esperança e gratidão.

Além desses conceitos, é interessante trazer para o Ensino de filosofia, a luta mesmo da Antonieta, essa que por meio de suas crônicas, pela atuação educacional e política, pela sua constante defesa dos governos democráticos e crítica aos sistemas totalitários, ou ainda pelo seu aquiescer ao movimento feminista, ao apregoar sobre o direito a educação, a igualdade e ao trabalho, tentou resolver alguns dos males que inundavam o Brasil do século XX.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse artigo, apresentamos uma proposta para o Ensino de Filosofia, uma tentativa de sair do *pensamento fechado* no qual a filosofia ocidental se velou, e que em tal velamento atrozmente negou as epistemologias dos continentes asiático, africano e americano, em que antolhou as construções teóricas do resto do mundo como primitivo, mitológico ou como algo que não alcançou a maturidade.

Desse modo, em vista de tornar a filosofia transcultural e transversal, ou seja, de superar as amarras da *coruja de minerva*, desenvolvemos a partir da discussão dos textos de algumas das fascinantes autoras tupiniquins, um novo modo de olhar a



filosofia, de pensá-la a partir da inclusão, de tirar o véu que encobria a sua frente, ou melhor dizendo, de lançar fora a máscara da exclusão que lhe prendeu, que lhe limitou a um *pensamento único*, a uma filosofia aquém do universal¹⁷, esse último que embora seja sua premissa, funestamente foi homogeneizado pela tirania eurocêntrica, por um pensar que se diz e se faz somente no Ocidente branco e macho.

Portanto, com essa proposta de Ensino de Filosofia, vislumbramos a filosofia para além do véu da exclusão, para além do mundo fechado a qual estava, ao relacioná-la a outros lugares, ao levá-la e pensá-la especialmente a partir das contribuições de algumas das professoras, jornalistas e filósofas brasileiras.

¹⁷ Compreendemos a filosofia enquanto universal, no sentido de que ela fala do todo e de tudo, que não se limita a mera localidade espaço-temporal, mas que se abre, medita e opera em todas as criações humanas.



REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Josefina Álvares de. *A mulher moderna: trabalhos de propaganda*. 3. ed. Apresentação e notas Maria Helena de Almeida Freitas, Mônica de Almeida Rizzo Soares. Brasília: Senado Federal, 2021. (Col. escritoras do Brasil).
- AZEVEDO, Oscar de Carvalho. *Obituário*. O Paiz. Rio de Janeiro: 02 nov., 1910, ano XXVII, n. 9524.
- BARROS, Antonieta de. *Farrapos de ideias*. Florianópolis: Skript, 2022.
- BRASIL. *Plano nacional do livro didático (PNLD): Guia dos livros didáticos de Filosofia*. Brasília, MEC/SEB/FNDE, 2018.
- CARPANTIER, Marie Pape. *Conseils sur la direction des salles d'asile*. 6. ed. Paris: Librairie Hachette, 1887.
- CARPANTIER, Marie Pape. *Enseignement pratique dans les écoles maternelles: ou premières leçons a donner aux petits enfants*. 9. ed. Paris: Librairie Hachette, 1901.
- COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.
- DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta de. *A educação da mulher*. O Sexo Feminino. Campanha: 07 set., 1873a, ano I, n.1.
- DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta de. *Amor maternal*. O Sexo Feminino. Campanha: 20 dez., 1873c, ano I, n.15.
- DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta de. *Emancipação da mulher*. O Sexo Feminino. Campanha: 14 set., 1873b, ano I, n.2.
- DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta de. *Noticiário*. O Sexo Feminino. Rio de Janeiro: 22 jul., 1875, ano II, n.1.
- FLORESTA, Nísia. *A lágrima de um caeté*. Rio de Janeiro: Tipografia de L. A. F. de Menezes, 1849.
- FLORESTA, Nísia. *Conselhos à minha filha*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tipografia de F. de Paula Brito, 1845.
- FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. Edição, estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo: Cortez, 1989.
- FLORESTA, Nísia. *Páginas de uma vida obscura*. O Brasil Ilustrado. Rio de Janeiro, 1855.
- HAMLIN, David Walter. *Uma história da filosofia ocidental*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- ILHA, Maria da. *Farrapos de ideias*. República. Florianópolis: 03 set., 1933, ano II, n. 954.
- ILHA, Maria da. *Farrapos de ideias*. República. Florianópolis: 06 mar., 1932b, ano II, n. 417.
- ILHA, Maria da. *Farrapos de ideias*. República. Florianópolis: 07 fev., 1932a, ano II, n. 393.
- ILHA, Maria da. *Farrapos de ideias*. República. Florianópolis: 16 ago., 1932c, ano II, n. 551.
- JAEGER, Werner Wilhelm. *Paidéia: a formação do homem grego*. 3. ed. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- KENNY, Anthony. *História concisa da filosofia ocidental*. Trad. Desidério Murcho, Fernando Martinho, Maria José Figueiredo, Pedro Santos e Rui Cabral. Lisboa: Temas e Debates, 1999.
- LÔBO, Yolanda. *Bertha Lutz*. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Massangana, 2010. (Col. Educadores).
- LUTZ, Bertha Maria Júlia. *13 Princípios Básicos: Sugestões ao Anteprojeto da Constituição*. Rio de Janeiro: FBPF, 1933.
- MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 13. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.



- MARÍAS, Julián. *História da filosofia*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MARITAIN, Jacques. *Elementos de filosofia I: introdução geral à filosofia*. 18. ed. Trad. Ilza das Neves e Heloísa de Oliveira Penteado. Rio de Janeiro: Agir, 1998.
- MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. Trad. Debóira Ginza. São Paulo: Escala, 2006.
- MILL, John Stuart. *Considerações sobre o governo representativo*. Trad. Manoel Innocêncio de Lacerda Santos Jr. Brasília: UNB, 1981.
- MOURA, Maria Lacerda de. *A mulher e a maçonaria*. São Paulo: Globo, 1922.
- MOURA, Maria Lacerda de. *A mulher é uma degenerada*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.
- MOURA, Maria Lacerda de. *Amai e... não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932.
- MOURA, Maria Lacerda de. *Civilização: Tronco de Escravos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931.
- MOURA, Maria Lacerda de. *Fascismo, filho dileto da Igreja e do Capital*. Campinas: Barricada Libertária, 2012.
- NESTLE, Wilhelm. *Historia del espíritu griego: desde Homero hasta Luciano*. Trad. Manuel Sacristan. Barcelona: Ariel, 1981.
- PARK, Peter K. J. *Africa, Asia and the history of philosophy: racism in the formation of the philosophical canon, 1780-1830*. Albany: Suny Press, 2013.
- REALE, G; ANTISERI, D. *História da filosofia: Filosofia pagã antiga*. 3. ed. Trad. Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *La Globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*. Trad. César Rodríguez. Colombia: ILSA, 1998.
- SUDRE, B. Pereira. *Noticiário. Mercantil*. Petrópolis: 16 mai., 1885, ano XXIX, n. 35.
- VASCONCELOS, José Antônio. *Reflexões: Filosofia e cotidiano*. São Paulo: Edições SM, 2016.
- XIMENES, Sérgio Barcelos. *Cinco obras completas: Nísia Floresta Brasileira Augusta*. Brasil: Livro Digital, 2019. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Cinco-Obras-Completas-Primeira-digital-ebook/dp/B082S51YXZ>. Acesso em: 13 jun. 2022.

